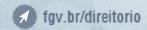


Dichiarazione dei Diritti in Internet: garantindo direitos na Internet?

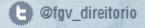
16 de setembro 2015

Seminário sobre Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Luca Belli, PhD luca.belli@fgv.br









- Uma gênese duplamente política
- A dimensão jurídica da Dichiarazione
- O conteúdo da Dichiarazione
 - o quais novidades?
 - o que é realisticamente realizável?
 - o que falta?
- O futuro da Dichiarazione



2005 Iniciativa «Tunisi Mon Amour»

Embrião da *Dichiarazione* dei *Diritti*











Objetivo da iniciativa

Definição de princípios costitucionais a fim de equilibrar direitos humanos e exigências de segurança, do mercado e direitos de propriedade inteletual

Evitar que governos autoritários e grandes *players* da Internet transformem a Internet em uma ferramenta pelo controle de bilhões de indivíduos



Dynamic Coalition on the Internet Bill of Rights

Objetivo: definição de princípios pela proteção dos direitos fundamentais dos usuários da Internet que deveriam ser protegidos pelas Nações Unidas

IGF 2007: Declaração conjunta do Subsecretário sobre telecomunicações Luigi Vimercati e do

Ministro da Cultura Gilberto Gil





2008 – 2015: 4 Presidentes do Conselho

2008-2011: não é prioridade para o governo Berlusconi

2012: Governo Monti propôs uma Consulta sobre 'Princípios gerais da Internet' com participação exígua

2013: Governo Letta não considerou o assunto



2014

O Brasil ganha enorme visibilidade internacional graças ao Marco Civil + NETmundial



A Itália exerce a presidência rotativa do Conselho da União Europeia no segundo semestre



A presidência da Câmara organiza uma consulta pública para fazer ressuscitar a Declaração





Qual natureza jurídica?

A hierarquia das fontes jurídicas italiana não inclui as declarações

A *Dichiarazione* não é um instrumento vinculante (*hard law*) nem um instrumento não-vinculante (*soft law*) porque nuca foi aprovada para a Câmara dos Deputados



É uma iniciativa de uma comissão da Câmara dos Deputados. Poderia ser um projeto de lei?



Qual é o objetivo da Dichiarazione?

Conferir "fundação constitucional a princípios e direitos na dimensão supranacional" (Preambulo)

- 1) Uma Carta Magna ou Constituição da Internet: conteúdo definiria o fundamento constitucional e os limites das normas subordinadas
- 2) Norma programática: finalidade orientadora para a criação de novos instrumentos internacionais?



Carta Magna: Problemas

Dimensão social e territorial

A Dichiarazione tem uma ambição supranacional mas foi desenvolvida no âmbito exclusivamente italiano i.e. comunidade italiana considerando sensibilidades italianas/europeias

Dimensão multissetorial

A *Dichiarazione* afirma a necessária participação de todos os interessados à elaboração de regras sobre Internet



Soluções

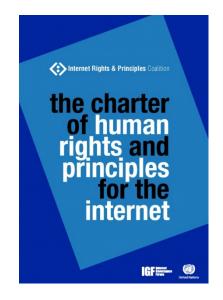
Necessidade de uma discussão internacional e multissetorial



Necessita sinergia com os 'competitors'









Garante da implementação da *Dichiarazione*



Sistema jurídico Italiano se for lei constitucional italiana (no sentido da *Charte de l'environnement* francesa)



Sistema jurídico Europeu? Já há uma Recomendação sobre um Guia pela proteção dos direitos dos usuários da Internet. Recomendação CM/Rec(2014)6



Sistema ONU? Poderia ser uma recomendação do Conselho dos direitos humanos -> sem efeitos vinculantes



Conteúdo da Dichiarazione

Quais novidades?

O que parece realisticamente realizável?





Art 2 Direito de acesso

Criação de um novo direito social e uma obrigação positiva do estado

2.5 "As instituições públicas garantem intervenções necessárias para eliminação da fratura digital"

Extremamente positivo mas extremamente difícil de realizar



Art 4 Neutralidade da Rede

4.2 "acesso neutro é condição necessária para efetividade dos direitos fundamentais da pessoa"

Extremamente positivo

Talvez uma referência ao valor instrumental para manter a arquitetura aberta e livre concorrência no mesmo sentido do *Policy Statement* sobre a Neutralidade da rede que vai ser apresentado no IGF





Art 10 proteção do anonimato

"Direito de utilizar ferramentas técnicas que protejam o anonimato e evitem a coleta de dados"

Em conformidade com o Relatório do *Rapporteur* sobre liberdade de expressão da ONU David Kaye.

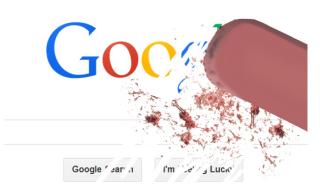
Nesse sentido a declaração não reconhece explicitamente a proteção da liberdade de expressão (objetivo do anonimato)





Art 11 direito ao esquecimento

Consequência direta do direito de desindexação dos buscadores estabelecido pela CJUE (Caso Google Spain)



Não parece necessário quando o direito de oposição ao tratamento e de cancelamento dos dados por razoes legítimas (já nos art 5 e 6) são implementados corretamente

Impossível à implementar em um contexto internacional e.g. incompatível com freedom of speech americana





Futuro: Norma Programática

Um Pacto Internacional para completar o *International Bill of Rights*?

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Projeto de Pacto Internacional sobre direitos na Internet?





Obrigado pela sua atençao!

luca.belli@fgv.br